

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte Gazeta Mercantil Class.: Terra / Demarcações  
 Data 17/09/93 Pg.: 3 272

## RELAÇÕES EXTERNAS

### Parlamento europeu condena recentes violações dos direitos humanos no Brasil

por Maria Helena Tachinardi de Brasília

O Parlamento Europeu, sediado em Estrasburgo, adotou ontem uma resolução de caráter recomendatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil na qual expressa consternação com os casos de violência ocorridos no País e solicita aos chanceleres dos Estados-membros da Comunidade Econômica Européia (CEE) que condenem os recentes episódios, como as chacinas da Candelária, dos índios Yanomamis e de favela de Vigário Geral.

O chanceler Celso Amorim, ao tomar conhecimento da resolução, enviou uma carta ao presidente do Parlamento, Egon Klepsch, lamentando a proposta de adoção de condicionalidades na área dos direitos humanos para o relacionamento da CEE com o Brasil.

"Não posso deixar de expressar a profunda inquietação do governo brasileiro diante da possibilidade de que semelhante medida seja objeto de recomendação pelo Parlamento Europeu", diz o ministro das Relações Exteriores.

*Fontes diplomáticas brasileiras consideram o anúncio do consulado americano em Porto Alegre, oferecendo US\$ 2 milhões para os brasileiros que prestarem informações sobre atos terroristas em preparação, um caso complicado, porque parece aplicar-se a terrorismo não apenas voltado contra os EUA, mas contra outros países. Se isso se comprovar,*



Maurício Corrêa

*trata-se de uma atividade de cunho policial dentro do território nacional. Esse tipo de atividade poderá ser considerado ilegal.*

(ver matéria abaixo)

#### DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Portando documento com 118 mil assinaturas, representantes de setenta nações indígenas foram ontem ao Palácio do Planalto reivindicar a demarcação das áreas indígenas em todo o País, relata a repórter Eugênia Lopes. "Não há a menor condição de fazer a demarcação de todas as reservas. O governo está sem recursos", ponderou o ministro da Justiça, que recebeu os índios no saguão principal do Planalto. De acordo com a Constituição, no dia 5 de outubro próximo encerra-se o prazo para demarcação das reservas indígenas, que correspondem a 10,3% do território nacional. Entretanto, até agora, das 519 áreas indígenas, apenas 83 estão regularizadas e homologadas.